

ENTREVISTA

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

Membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

Realizada em 28 de novembro de 2016

Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Administração, Direito, Filosofia, Jornalismo e Turismo. Licenciado em História, Filosofia e Pedagogia. Docente dos Mestrados em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da UNIARP. Ex-Assessor da Assembleia Estadual Constituinte; da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (ALESC/SC); e da Secretaria de Estado da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Filosofia da Mente do Unidavi e do Grupo de Pesquisa em Ensino de Filosofia da Uniplac. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação e ex-membro do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual do Desporto (SC). Ex-Presidente da Associação Caçadoreense de Imprensa (ACIJO) e Diretor da Associação Catarinense de Imprensa (ACI). Reitor da UNIARP.

Inicialmente, pedimos que o Sr. descreva a sua posição no Conselho Estadual de Educação (CEE), informando desde quando ocupa essa posição e a sua representatividade.

Sou conselheiro desde 2011. Demandeí não apenas exercer o mandato na dimensão reguladora, de controle, de modelação e de ajustamento, como presume o senso comum, mas também pautado pelas diretrizes formativas e emancipadoras, ensejando que a educação retifique seus percalços e melhore os instrumentos de aprendizagem e formação, com vistas a formar verdadeiros cidadãos, preocupados com as iniquidades sociais que os esperam fora do contexto escolar, bem como as dificuldades do convívio. Também me devotei à pesquisa do papel da educação superior na Pós-Modernidade. A universidade, à luz

das suas funções constitucionais de ensino, pesquisa e extensão, exerce relevante função social. Sob essa perspectiva, a pesquisa constitui instrumento construtivo e formativo, que prima pelo desenvolvimento socioeconômico. Entrementes, constitui-se estratégia de gestão, voltada para a produção, armazenamento e compartilhamento do conhecimento. A ideia inerente a essa perspectiva de compreensão é a de que o ensino e a pesquisa devem ter uma significação social, devem ter pertinência, ou seja, necessitam estar enraizados no terreno das aspirações e contradições públicas. Para que tal objetivo seja alcançado, faz-se mister que ensino, pesquisa e extensão interajam profundamente, não operando separadamente, porquanto, destarte, produzirão ocorrências socialmente relevantes. A par disso, ao se articularem em verídica produção conjunta, uma função alimenta a outra e pela outra é alimentada.

Explique aos leitores da Revista PROFESSARE, de maneira geral, a abrangência do trabalho do CEE e os seus encaminhamentos ou decisões mais frequentes.

O Pe. Kuno Paulo Rhoden, ex-conselheiro, relata as raízes históricas do Conselho: “A Lei nº 4.024, editada em 20 de dezembro de 1961 (a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional) consagrou a constituição dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, atribuindo-lhes funções educacionais específicas. O Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina foi instituído pela Lei nº 2.975, de 18 de dezembro de 1961, tendo sido o seu primeiro Presidente o Prof. Elpídio Barbosa que, ao momento da instalação oficial, aos 18 de maio de 1962, constituía com o Prof. Osvaldo Ferreira de Melo, como Vice-Presidente e o Prof. Francisco Brasinha Dias, na condição de Secretário, a primeira Diretoria Provisória do Conselho”. Em suma, ao Conselho incumbe a aplicação do Direito Educacional, que, no Brasil, está organizado em uma totalidade de normas redigidas que regulam as formas de instituição, organização, manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como as condutas humanas diretamente relacionadas com os processos educativos tanto no seio familiar, quanto nas organizações estatais e nas instituições mantidas pela esfera privada.

Atualmente, quais os principais focos de preocupação do CEE?

Vários temas perpassam com relevância, no entanto vem merecendo especial ênfase uma política específica de avaliação da qualidade da educação básica. As discussões relacionadas ao tema da avaliação congregam uma diversidade de autores e especialistas no assunto, os quais defendem interesses divergentes e concebem diversos métodos de avaliação. O assunto tem ganhado espaço nos últimos anos, tanto no seio da comunidade universitária, quanto dentro do governo. A avaliação é, na verdade, um dos temas centrais quando se trata do problema da melhoria da qualidade educacional. O tema sempre foi complexo pela sua natureza intrínseca de ação moral, ou seja, realiza-se um juízo de valor e de processo decisão por parte de seres humanos acerca da práxis. Esse julgamento pode gerar consequências drásticas sobre a própria personalidade da pessoa, dependendo de seus resultados, da forma como é realizado e comunicado. A questão da avaliação torna-se ainda mais polêmica quando atrelada à ideia de mutação, de inovação, porque envolve novas estruturas de vida.

Sabemos que o professor é uma peça chave para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. Quais as políticas desenhadas pelo CEE em favor do professorado catarinense?

Observados os limites de sua competência, confere ênfase ao conteúdo da legislação, em resposta às demandas promanadas de necessidades reais da sociedade brasileira, bem como destacando a relevância da formação docente, que constitui uma das principais responsabilidades. Ademais disso, impõe-se um compromisso social da instituição em não se manter insensível ao atendimento de uma parte relevante da sociedade excluída dos prosseguimentos dos estudos, num momento em que é exigida, de maneira cada vez mais crescente, a qualificação em níveis superiores. Em meio a esse contexto, entende-se a necessidade de pugnar uma política arrojada para a formação de docentes que militem na educação básica.

Que tipo de preocupação do atual CEE demonstra em relação à Educação Básica? E dentro da Educação Básica, existe alguma fase priorizada?

A finalidade da educação é evidentemente o desenvolvimento, o crescimento do homem sob todos os seus aspectos. O indivíduo, em relação com outros, aumenta suas próprias capacidades, sejam quais forem. A educação é essencial para a humanização e socialização do homem. Pode-se dizer que se trata de um procedimento que dura a vida inteira, e que não se limita à simples continuidade, mas considera a possibilidade de rupturas pelas quais a cultura se revigora e o homem faz a história. Todavia, regulação educacional, tão relevante para a sociedade, demanda visão de conjunto, isto é, nunca normatiza a educação de maneira parcial, mas sempre sob uma perspectiva que relacione cada etapa e modalidade escolar com as demais.

Quais os programas ou as ações do CEE relacionadas ao apoio aos professores catarinenses, principalmente os de educação básica, interessados em continuar os seus estudos em cursos de pós-graduação “stricto sensu”?

Vários programas merecem aplausos, contudo destaque o Mestrado em Educação Básica da UNIARP, visto que se volta exclusivamente para esta etapa escolar. Atualmente, configura-se consenso quanto à relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu grau escolar, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo. Neste sentido, a política educacional está relacionada diretamente com o contexto e a organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela se processa. A política educacional deve assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por finalidade proporcionar condições mais igualitárias de vida, proporcionando oportunidades iguais de existência para todos. A par disso, pode-se dizer que o financiamento da educação básica se refere aos usos e controle da aplicação dos recursos

financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Assim, o papel que um Mestrado Profissional em Educação Básica pode desempenhar no desenvolvimento regional é mais do que evidente. Também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento

No que se refere a decisões, é praxe do CEE fundamentar essas decisões a partir de resultados de pesquisas educacionais? Sim, não, porque.

Em última análise, a educação configura um processo. Não se trata de atividades isoladas ou dispersas. Como processo ela representa uma continuidade e intencionalidade. É característica de qualquer processo possuir continuidade. Esta continuidade pode ser permanente, até o processo terminar, ou então até o desígnio do processo ter sido obtido. Em educação o processo nunca termina, porquanto se identifica com a própria vida da pessoa. Como o objetivo final de qualquer educação é a perfeição, bem como vez que a humanidade nunca alcança essa perfeição, o processo deverá prosseguir enquanto a pessoa tiver vida consciente. Não obstante, o processo não se finaliza por ter adquirido o fim definitivo, ou seja, a perfeição completa, mas simplesmente porque não tem mais tempo, nem possibilidade de continuar se aperfeiçoando. Destarte, o desígnio da educação é claramente o desenvolvimento, o crescimento do homem sob todos os seus pontos de vista. O indivíduo, a pessoa, na relação com outros, desenvolve suas próprias aptidões, sejam quais forem. Não existe somente uma capacidade, mas o homem é um complexo delas, que precisa ser desenvolvido. O homem, a partir de suas características existentes, vai estabelecendo aos poucos a sua própria personalidade por meio da sua atuação efetiva em todos. Por fim, fica evidente que a pesquisa deve fulcrar a regulação, sob pena de subjetividade e inconsistências.

Na ótica do CEE, quais são os grandes desafios de Santa Catarina no campo da educação?

O mundo contemporâneo tem apresentado um volume muito grande de informações e a velocidade com que são veiculadas acarretam transformações profundas em todos os níveis do conhecimento humano. No atual contexto do mundo da globalização, observam-se modificações em todos os setores da sociedade, determinadas pelos avanços da ciência e da tecnologia nas mais diferentes áreas. Levando-se em conta toda essa transformação que o mundo vem sofrendo, torna-se primordial a implementação de um processo de educação continuada, que tenha por objetivo educar para o pensar. A Educação a Distância (EAD) favorece esse campo pedagógico e social ao abordar uma linguagem interdisciplinar do currículo, um grande desenvolvimento, ao mesmo tempo em que rompe com as barreiras de espaço e tempo. A EAD, como instrumento de qualificação do processo pedagógico e do sistema educacional como um todo, tem condições de resgatar valores e propiciar o exercício pleno da cidadania. A EAD, na maioria das vezes, preocupa-se em se mostrar aberta e flexível, mas as definições a respeito tendem a enfatizar a possibilidade de comunicação entre os participantes no processo de aprendizagem através do tempo e/ou espaço; com o auxílio de novas tecnologias, pode-se também envolver a utilização de uma gama de meios, como material impresso, correspondência escrita, áudio, vídeo e mídia, além de redes baseadas no computador, bem como multimídia, tanto para apresentar a informação, bem como para estabelecer a comunicação entre os participantes.

Deixamos este espaço para que o Sr. o preencha com informação relevante, que não foi objeto das nossas perguntas. Sinta-se livre para discorrer sobre um assunto importante sobre o qual não lhe foi perguntado.

Ultimamente, venho estudando o papel da educação na cultura. Em epítome, pesquiso a disciplina Antropologia da Educação. Tal estudo colima a tarefa de evidenciar as possibilidades de desenvolvimento da interação entre Antropologia e Educação. Nessa ótica, eles não

visam estabelecer uma norma, mas explorar as diferenças entre cultura, períodos históricos e indivíduos. A Antropologia busca expor as particularidades da característica moral do homem, comparando diferentes tipos de ser humano. O conhecimento da característica moral parece ser o objetivo principal da antropologia. A faina da Antropologia era explorar as diferenças culturais entre os indivíduos e a sociedade. Ainda que a diferença entre os tipos humanos seja muito importante, é também indispensável reconhecer que os indivíduos e as sociedades formam um conjunto. Por conseguinte, tal Ciência visa, por um lado, explorar as discrepâncias entre sociedades, culturas e indivíduos; por outro, trata de compreender o ideal de humanidade em toda a diversidade e contingência. A pesquisa antropológico-educacional se encarrega de descobrir as características de diferentes sociedades, de diferentes indivíduos e agrupamentos humanos; é necessário definir a noção de característica. A Antropologia tende a reconstruir o caráter do ser humano a partir de suas expressões e de suas maneiras. Trata-se de compreender seus traços individuais, a relação de forças que o movem e sua força interior e perfeição, muito mais que suas atitudes e fins exteriores. Ao analisar o indivíduo, é necessário distinguir o que é essencial do que é acessório, do compreender no tempo e na história, bem como sua abertura para o futuro. Finalmente, é necessário sintetizar a diversidade dos fenômenos na unidade mais elevada. Por fim, a Antropologia da Educação exerce a faina de perquirir a abrangência da diversidade dos seres humanos sem deixar de lado a sua identidade.

